

Ata nº 3

Sessão Ordinária

Ao vigésimo primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala Polivalente, sita na Avenida Dr. Leão de Oliveira, em Belas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas, em Sessão Ordinária convocada pela sua Presidente, Ana Brinco, com a seguinte Ordem do dia: -----

1. Apreciar e votar as Opções do Plano, a Proposta de Orçamento, PPI e PPA da União das Freguesias de Quéluz e Belas para 2018;-----
2. Apreciar e votar o mapa de pessoal da União das Freguesias de Quéluz e Belas para 2018;-----
3. Apreciar a informação escrita acerca da atividade da Junta de Freguesia e da situação financeira da Freguesia (Relatório de Atividades e Financeiro IV Trimestre 2017);-----
4. Apreciar e votar a indicação da representante da União das Freguesias de Quéluz e Belas na CPCJ;-----
5. Apreciar e votar a ata da reunião anterior;-----
6. Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião.-----

Estiveram presentes os elementos da Assembleia de Freguesia constantes da respetiva lista de presenças, que se anexa. -----

Verificada a existência de quórum, a Presidente da Mesa da Assembleia abriu a sessão.-----

Para o período destinado ao público, inscreveram-se os seguintes cidadãos: o Sr. José Fiúza e o Sr. Adelino Ramos.-----

O Sr. José Fiúza começou por desejar a todos os presentes votos de boas festas e um feliz Ano Novo. De seguida, solicitou que o Jardim da Samaritana, em Belas, mais especificamente o jardim infantil não fosse esquecido e informou que na Av. General Humberto Delgado há três candeeiros que não funcionam desde finais de outubro.-----

O Sr. Adelino Ramos que estava presente em representação da Associação de Moradores de Massamá Norte, questionou o Executivo sobre a notícia do Plano Operacional dos CTT que prevê o encerramento de várias lojas do país. Referiu que pretendiam saber se a loja dos CTT em Massamá Norte/Casal da Barota está incluída nesse plano operacional. Terminou a sua intervenção desejando a todos Boas Festas e um feliz 2018. A Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao vogal Hugo Frederico que respondesse às questões levantadas anteriormente.-----

O vogal Hugo Frederico começou por informar que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia, por motivos de doença, não pôde comparecer na reunião, pelo que o mesmo foi nomeado como seu representante legal e retribuiu os votos de Boas Festas, estendendo os mesmos a todos os presentes.-----

Respondendo à questão do Sr. José Fiúza informou que o Jardim da Samaritana vai ser alvo de uma requalificação muito importante no início do próximo ano e que estimam investir no mesmo cerca de 110 mil euros, o que vai tornar este Jardim numa nova celebridade, em Belas. Referiu, ainda, que o jardim tal como

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

existe hoje não tem condições para que seja utilizado para eventos, uma vez que serve apenas como passagem. Não tem espaço para se realizar uma atividade como se faz, nomeadamente, no Felício Loureiro, em Queluz. Atendendo a que o concurso já foi lançado, vão tornar o jardim completamente diferente do que é hoje, encontrando-se prevista uma ala para eventos com cerca de oito metros quadrados e equipamentos de ginástica para toda a gente que ali passe.-----

Relativamente à questão da iluminação pública, referiu que, infelizmente não se verifica apenas na Av. General Humberto Delgado. Na Junta de Freguesia têm indicação que de facto há alguns troços em que a eletricidade não funciona de forma regular. Sempre que têm conhecimento é efetuado contacto com a Câmara Municipal de Sintra e com a EDP.-----

Relativamente ao caso concreto do posto dos CTT de Massamá/Casal da Barota, a Junta de Freguesia não tem dados concretos referentes ao fim que irá ser dado ao mesmo, pelo que vai indagar se haverá alguma perspetiva ou não de encerramento.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu início ao período antes da Ordem do Dia e passou à leitura do expediente, nomeadamente aos pedidos de substituição:-----

A vogal Maria Helena Ganchinho Santos foi substituída pelo vogal Manuel de Campos Frederico;-----

A vogal Marisa Laneiro foi substituída pela vogal Isabel Cristina da Cunha de Sá;-----

A vogal Rosa Campos iria ser substituída pela vogal Glória de Albuquerque mas, atendendo a que esta última não pôde estar presente, iria a mesma ser substituída pela vogal Ana Cristina Santiago. Uma vez que esta vogal também não pôde estar presente, foi substituída pela vogal Odete Domingues, que não se encontrou presente.-----

Informou ter recebido uma comunicação do Sr. Paulo Reis, a qual passou a ler: “Lamentavelmente não consigo estar presente na Assembleia de Freguesia que se realiza hoje, dia 21 de dezembro de 2017. Agradeço que me convoque para a próxima Assembleia de Freguesia onde pretendo tomar posse e tomar o meu lugar na bancada do PSD”.-----

Informou, ainda, ter dado entrada um comunicado da Concelhia de Sintra do CDS/PP, a qual passou a ler: “As coligações com fins eleitorais, constituídas especificamente para um ato eleitoral, atendendo ao fim específico que prosseguem, extinguem-se com o apuramento definitivo dos resultados eleitorais.-----

A coligação com fins eleitorais “Juntos pelos Sintrenses” sendo uma coligação com fins eleitorais, extinguiu-se com a publicação do referido apuramento definitivo e os respetivos mandatos passam a ser dos partidos individualmente considerados, por força do disposto no artigo 17.º da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (LEOAL).-----

Pelo exposto a Comissão Política do CDS-PP da Concelhia de Sintra requer a V. Ex.ª que para o presente mandato, seja constituída uma bancada própria do CDS-PP nessa Assembleia de Freguesia.” -----

A Presidente da Mesa da Assembleia informou que ainda tinha uma resposta que gostaria de ler, relativamente à documentação que o vogal António Oliveira enviou e que a mesma fez questão de enviar aos vogais da Assembleia de Freguesia para que todos pudessem tomar conhecimento. Assim sendo, passou à leitura da sua resposta: “No passado dia 13 de novembro os vogais eleitos, indicados pelo PSD, a esta Assembleia de Freguesia, António Barbosa de Oliveira, Rosa Campos, António Brás, Carlos Diogo e Paulo Reis, não obstante este último não ter tomado posse do mandato nem ter estado presente, entregaram à Mesa

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

cópia de uma queixa efetuada à Inspeção-geral de Finanças e uma comunicação declarando que se constituem como grupo de freguesia adotando a designação “Juntos pelos Sintrenses”.-----
Por e-mail recebido em 12 de dezembro p.p. (passado próximo) do Sr. Vogal António Oliveira, foram enviados 4 documentos a saber:-----

- 1 – Impugnação da ata n.º 2;-----
- 2 – Parecer da ANAFRE dirigido ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão;-----
- 3 – Aditamento à comunicação entregue em 13 de novembro indicando Presidente de eleitos locais “juntos pelos sintrenses” o Sr. Paulo Reis e vice-presidente Sr. Vogal Carlos Diogo;-----
- 4 – Cópia da comunicação de 13 de novembro.-----

As quais se dão por integralmente reproduzidas para todos os efeitos legais.-----
Relativamente a estas matérias e por as alegações dos Srs. Vogais, repito, indicados pelo PSD, estarem eivadas de manifesto desconhecimento e notória má-fé importa responder com a seriedade exigida aqueles que exercem o seu mandato nesta Assembleia de Freguesia, em estrito cumprimento das suas obrigações legais e em total respeito pelas populações, não se encontrando vinculados a uma qualquer luta pela sobrevivência política de alguns que mais não fazem do que tentar lançar sobre esta Assembleia a cortina de fumo que lhes permite disfarçar as frustrações, as convulsões e as divisões internas resultantes do ato eleitoral do passado dia 1 de outubro.-----

Posto isto e como ponto prévio refere-se que os documentos recebidos a 12 de dezembro não estão assinados por nenhum dos alegados subscritores e que o Sr. Paulo Reis, como todos sabem, não tomou posse do seu mandato, não podendo ser indicado para o exercício de qualquer função nesta Assembleia de Freguesia, nem tão pouco assinar qualquer documento em nome de uma qualquer bancada, algo que o remetente da comunicação não pode desconhecer.-----

Relativamente à queixa efectuada à IGF e à impugnação da ata n.º 2 nada tem esta mesa a dizer senão a mera referência de que aguarda, serenamente, e com consciência tranquila de quem nada tem a temer aguardando que seja solicitada a sua pronúncia pelos órgãos jurisdicionais competentes.-----

Quanto à constituição do autodenominado Grupo de Freguesias “Juntos pelos Sintrenses” importa esclarecer o seguinte: Por força do disposto no artigo 17.º, n.º 1 da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (LEOAL), os partidos políticos podem constituir coligações com fins eleitorais, apresentando listas conjuntas nas eleições para os órgãos das autarquias locais: “Dois ou mais partidos podem constituir coligações para fins eleitorais com o objectivo de apresentarem uma lista única à eleição dos órgãos das autarquias locais (...)”.-----

O referido artigo disciplina ainda as regras e prazo a que a constituição de coligações entre partidos para fins eleitorais devem obedecer, determinando, igualmente, que é o Tribunal Constitucional que aprecia a legalidade da constituição da coligação e promove a respectiva anotação, uma vez verificada a conformidade legal da mesma.-----

Nos termos do n.º 4 do mesmo artigo, as coligações para fins eleitorais não constituem individualidade distinta dos partidos e “deixam imediatamente de existir logo que for tornado público o resultado definitivo das eleições, salvo se forem transformadas em coligações de partidos políticos, nos termos da lei dos Partidos Políticos.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

Por força do disposto neste artigo e no n.º 5 do artigo 11.º da Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de agosto (Lei dos Partidos Políticos) existem dois tipos de coligações entre partidos: Coligações para fins eleitorais e coligações permanentes ou coligações de partidos, regendo-se as coligações para fins eleitorais pelo disposto na Lei Eleitoral e a segunda pela LPP. (Lei Partidos Políticos).-----

O n.º 2 do art.º 11º distingue, deste modo, as coligações com fins eleitorais, constituídas especificamente para um ato eleitoral e que atendendo ao fim específico que prosseguem – APRESENTAÇÃO CONJUNTA DE LISTAS AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS NUM ATO ELEITORAL ESPECÍFICO – extinguem-se com a divulgação do resultado definitivo da eleição, por força da LEOAL, das coligações de partidos ou coligações permanentes, constituídas por tempo indefinido nos termos da LPP.-----

Contrariamente às primeiras, as Coligações de partidos/coligações permanentes têm sempre uma duração incerta uma vez que, por vontade dos respectivos partidos, podem ver a sua “existência” prorrogada ou “abreviada”.-----

A única coligação permanente registada no Tribunal Constitucional é a CDU – Coligação Democrática Unitária, constituída pelo Partido Português (PCP) e o Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV), que não carece de ser anotada pelo TC para cada nova eleição, contrariamente ao que sucede com as coligações para fins eleitorais.-----

Concretizando: O Partido Social Democrata (PPD/PSD), o CDS – Partido Popular (CDS-PP), o Partido da Terra (MPT) e o Partido Popular Monárquico (PPM), em requerimento subscrito pelos Secretários-Gerais do PPD-PSD, do CDS-PP, pelos Presidentes do MPT e do PPM, requereram, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 17.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, a «apreciação e anotação» de uma coligação eleitoral, com o objectivo de concorrer a todos os órgãos autárquicos no concelho de Sintra, nas Eleições Autárquicas marcadas para 1 de outubro de 2017, pelo Decreto n.º 15/2017, publicado no Diário da República, 1.ª Série – n.º 92, de 12 de maio de 2017, com a denominação «JUNTOS PELOS SINTRENSES».-----

O Tribunal Constitucional através do acórdão n.º 437/2017 de 24 de julho, decidiu: “Nada obstar a que a coligação entre o Partido Social Democrata (PPD/PSD), o CDS – Partido Popular (CDS-PP), o Partido da Terra (MPT) e o Partido Monárquico (PPM), constituída com a finalidade de concorrerem às eleições autárquicas a realizar em 1 de outubro de 2017 no município de Sintra, com a sigla PPD/PSD.CDSPP.MPT.PPM, com a denominação “Juntos pelos Sintrenses”, determinando a anotação da coligação. Fica assim claramente demonstrado que a coligação “Juntos pelos Sintrenses” requerida e anotada através do citado acórdão é, inquestionavelmente, uma coligação para fins eleitorais e não uma coligação permanente.-----

Assumindo essa natureza e obedecendo ao preceituado na LEOAL, esgota-se, cumprida que esteja a sua função, extinguindo-se automaticamente com a publicação dos resultados definitivos das eleições.-----

Considerando a inexistência da anotação desta Coligação no TC, como Coligação permanente nos termos da LPP, somos forçados a concluir pela sua extinção naquela data, pelo que os respectivos mandatos serão distribuídos pelos partidos e pela ordem indicada na respectiva lista candidata.-----

Após a publicação dos resultados eleitorais e porque as coligações não constituem uma individualidade distinta dos partidos, os respectivos mandatos passam a ser dos partidos individualmente considerados. Face ao exposto a alusão a “coligação de partidos” prevista no n.º 1 do art.º 46º B, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na sua atual redacção (aplicável aos grupos municipais) refere-se apenas às coligações de partidos,

Assembleia de Freguesia de Quéluz e Belas

ou seja, às coligações permanentes, previstas na LPP e não às demais, cuja duração é temporalmente definida na lei e que se extinguem por força da mesma, no momento da publicação dos resultados definitivos.-----

Por conseguinte, não podemos interpretar este artigo de modo a aplicá-lo a uma coligação já inexistente. São exactamente os exemplos do passado e do presente que reforçam esta tese.-----

No mandato 2013/2017 os membros das Assembleias de Freguesia e da Assembleia Municipal, eleitos pela então coligação Sintra Pode mais, mantiveram uma coexistência em separado, sendo o PSD e o CDS-PP, detentores de grupos políticos distintos. Por outro lado, da letra e interpretação do aludido artigo n.º 46º B, resultam claramente as situações possíveis de constituição de grupos municipais, não contemplando a que o PSD pretende agora.-----

Já no presente mandato em sede de assembleia municipal o PSD, o CDS-PP e o Movimento Partido da Terra constituíram, cada um, a sua bancada. De igual forma, na Assembleia de Freguesia de Massamá e Monte Abraão foram constituídas as bancadas do PSD e do CDS, esta citada por referência ao parecer da ANAFRE que foi enviado pelo Sr. Vogal António Oliveira.-----

De referir ainda que, contrariamente ao defendido, a norma em causa é aplicável à Assembleia Municipal e não às assembleias de freguesia, não sendo possível invocar uma interpretação analógica da mesma, inexistindo, igualmente, qualquer norma remissiva que permita a sua aplicação. Concluindo: As coligações com fins eleitorais, constituídas especificamente para um ato eleitoral, atendendo ao fim específico que prosseguem – APRESENTAÇÃO CONJUNTA DE LISTAS AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS NUM ATO ELEITORAL ESPECÍFICO – extinguem-se com o apuramento definitivo dos resultados eleitorais.-----

A coligação com fins eleitorais “Juntos pelos Sintrenses” sendo uma coligação com fins eleitorais, extinguiu-se com a publicação do referido apuramento definitivo e os respectivos mandatos passam a ser dos partidos individualmente considerados, por força do disposto no 17.º, n.º 1 da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (LEOAL), sendo que os vogais António Barbosa de Oliveira, Rosa Campos, António Brás e Carlos Diogo, conforme lista entregue no Tribunal de Sintra foram todos indicados pelo PSD.-----

Assim, é entendimento desta Mesa que as bancadas nas assembleias de freguesias serão dispostas por partidos não podendo assumir a disposição e denominação de uma coligação inexistente, nada impedindo que possam, por opção individual de cada partido, concertar posições.”-----

Após a leitura, a Presidente da Mesa deu a palavra ao vogal Carlos Diogo.-----

O vogal Carlos Diogo dirigiu-se à Presidente da Mesa da Assembleia referindo que os documentos assinados são nulos, que o vogal Paulo Reis não tomou posse e que estão reunidas as condições para um bom mandato quer do executivo, quer da mesa e, para que os trabalhos desta Assembleia decorram de uma forma ordeira, simples e verdadeira. Sobretudo na forma e conteúdos, em matéria de facto e de direito que consubstanciem no que a lei refere, nomeadamente a Lei 5A de 2008, de 11 de janeiro, a Lei 75 de 2013, de 22 de setembro, o decreto-lei 54 A de 1999, de 22 de fevereiro e por último, lembrar que entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 2018 o novo código de contratação pública através das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 111B de 2017. Por último, dirigiu-se mais uma vez à Presidente da Mesa e referiu que esperam vir a ter trabalhos da Assembleia a decorrer só num sentido, que é o sentido correto. Dirigindo-se ao Executivo referiu que estarão disponíveis para colaborar em tudo o que for necessário.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O vogal Pedro Caldeira (PS) começou por desejar votos de boas festas e informou que relativamente ao entendimento lido pela Presidente da Mesa, a bancada do PS acompanha plenamente tudo o que foi referido. Segundo o entendimento do mesmo e não tendo presente todos os decretos que o vogal Carlos Diogo mencionou e pela mensagem que foi comunicada pelo futuro vogal eleito, Paulo Reis, julga ter entendido que a questão da bancada do PSD está pacificada. Por último, referiu que o PS congratula-se com isso, agradecendo a postura correta a que os vogais do mandato anterior já os habituaram.-----

O vogal Jorge José pediu para apresentar um voto de pesar pelo falecimento da Dr.ª Paula Neves, ex-vereadora da Câmara Municipal de Sintra e Presidente de Concelhia do PS.-----

A Presidente da Mesa pôs à votação o voto de pesar da Dr.ª Paula Neves.-----

Votação: A favor 18 (PS – 9, PSD – 2, CDU – 3, BE – 2, CDS – 1, Ana Brinco, como independente – 1).-----

O voto de pesar foi aprovado por unanimidade. Após a votação, foi efetuado um minuto de silêncio.-----

De seguida, a Presidente da Mesa informou terem dado entrada na mesa 3 Moções, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do CDS-PP, colocando a admissão das mesmas à votação.-----

Referiu ainda que a 1ª Moção é referente à Utilização de Herbicida com “Glifosato” e solicitou ao líder da bancada do Bloco de Esquerda que lesse a mesma. (Anexo 1 à presente ata).-----

Após a leitura, a Presidente da Mesa colocou à votação a admissão da respetiva Moção.-----

Votação: A favor 18 (PS – 9, PSD – 2, CDU – 3, BE – 2, CDS – 1, Ana Brinco, como independente – 1).-----

A moção foi admitida por unanimidade.-----

A Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da moção.-----

Votação: A favor 17 (PS – 9, PSD – 1, CDU – 3, BE – 2, CDS – 1, Ana Brinco, como independente – 1);

Abstenção 1 (1 – PDS). A Moção foi aprovada por maioria. -----

A Presidente da Mesa informou ter dado entrada uma segunda Moção do Bloco de Esquerda intitulada “Por uma resposta urgente à degradação dos serviços da Linha de Sintra” e solicitou ao líder da bancada que passasse à leitura da mesma. (Anexo 2 à presente ata).-----

Após a respetiva leitura, a Presidente da Mesa colocou à votação a admissão da Moção.-----

Votação: A favor 18 (PS – 9, PSD – 2, CDU – 3, BE – 2, CDS – 1, Ana Brinco, como independente – 1).-----

A moção foi admitida por unanimidade.-----

A Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da moção.-----

Votação: A favor 18 (PS – 9, PSD – 2, CDU – 3, BE – 2, CDS – 1, Ana Brinco, como independente – 1).-----

A Moção foi aprovada por unanimidade.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia informou ter dado entrada uma Moção do CDS intitulada “25 de Novembro de 1975”, solicitando à respetiva vogal que passasse à leitura da mesma. (Anexo 3 à presente ata).

Após a respetiva leitura, a Presidente da Mesa colocou à votação a admissão da Moção.-----

Votação: A favor 18 (PS – 9, PSD – 2, CDU – 3, BE – 2, CDS – 1, Ana Brinco, como independente – 1).-----

A moção foi admitida por unanimidade.-----

Após a leitura da mesma, o vogal Manuel Frederico (PS) referiu que esta Moção é uma história que já todos conhecemos. Apesar de concordar, estranhou o assunto ter sido mencionado.-----

O vogal Filipe Borregana (CDU) referiu que o PCP e a CDU acham que esta Moção é a mentira da história.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O vogal Jorge José (BE) mencionou que o Bloco de Esquerda por uma questão de ética política e por respeito para com os militares que já partiram, não concorda com a Moção.-----

A Presidente da Mesa pôs à votação a respetiva Moção.-----

Votação: A favor 13 (PS – 9, PSD – 2, CDS – 1, Ana Brinco, como independente – 1); Contra 3 (CDU – 3); Abstenção 2 (BE – 2). A Moção foi aprovada por maioria.-----

De seguida, a Presidente da Mesa deu a palavra ao vogal Filipe Borregana da CDU.-----

O vogal Filipe Borregana (CDU) informou a Presidente da Mesa que este é o órgão deliberativo e fiscalizador dos trabalhos efetuados pela Junta de Freguesia. É um órgão independente e autónomo da Junta de Freguesia e a responsabilidade pelo seu pleno funcionamento. No que concerne à convocatória e ao fornecimento dos documentos aos eleitos é da Presidente da Mesa. A bancada da CDU não aceita que alegando medidas economicistas não seja distribuído aos eleitos que solicitam a documentação em papel. De seguida, dirigindo-se ao Executivo referiu que na última Assembleia de Freguesia, realizada em novembro, foi aprovado o auditor externo para a certificação legal das contas e conforme informação da Presidente da Junta, que se encontra nesta reunião substituída pelo Tesoureiro Hugo Frederico, os mesmos seriam os responsáveis por enviarem a este órgão a informação da situação económica e financeira da Junta de Freguesia relativa ao 1.º semestre de 2017, como advém da lei. Referiu ainda que, até à presente data, essa informação ainda não foi entregue e voltou a questionar para quando é que a mesma será remetida. De seguida, referindo-se ao tema saúde na freguesia e tendo em conta a inauguração oficial do Centro de Saúde de Queluz há 2 dias, aproveitou para questionar sobre as notícias que vieram a público em plena campanha eleitoral, tais como, que o governo confirma novo centro de Saúde de Belas e que as negociações entre a Câmara Municipal de Sintra e o governo estariam concluídas em breve. De seguida, questionou onde vai ser construído o Centro de Saúde de Belas, quando vai ser construído, quanto vai custar e quem é que vai pagar, se o Estado ou a Câmara de Sintra. Outra notícia era referente a que todos terão médicos de família no concelho de Sintra. Assim sendo, questionou se a falta de médicos na freguesia de Queluz e Belas já está colmatada e se todos os utentes já terão médico de família. Abordou o assunto referente às escolas da união de freguesias. Referiu ser necessária a contratação de pessoal não docente de forma a colmatar a falta de adultos para vigiar as crianças e executar as limpezas de espaço. Por último, referiu que a pergunta da bancada da CDU é se está previsto algum investimento por parte da Câmara ou por parte da Junta de Freguesia para colmatar estas situações.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia respondeu que solicitou várias vezes à Junta para que facultasse a informação mas que não possível chegar a um consenso. Contudo, como vai haver a revisão do regimento, espera que estabeleçam exatamente essa matéria no regimento de forma clara.-----

De seguida, deu a palavra ao Tesoureiro da UFQB Hugo Frederico em representação da Presidente do Executivo.-----

O Tesoureiro Hugo Frederico informou que o orçamento aprovado na CMS tem previsto um investimento de 6,5 milhões de euros para todas as escolas do concelho de Sintra. Disse que o vogal da CDU tinha razão, mas que no momento a CMS está a fazer as obras necessárias. Quanto ao ROC e à certificação legal de contas, a aprovação foi feita há 3 semanas, não podendo ser sido executado um relatório rigoroso no espaço de 3 semanas. Em tempo útil será apresentado um relatório completo. Quanto ao Centro de Saúde, durante anos

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

não houve em Queluz definitivo durante muitos anos e até agora. No que diz respeito aos médicos de família para o novo Centro de Saúde de Queluz só agora estão a concorrer. Até porque, os médicos não queriam concorrer para o antigo Centro de Saúde que tinha poucas ou nenhuma condições para o atendimento de utentes. Quanto ao Centro de Saúde de Belas, encerrado em 2013, irá existir um novo Centro de Saúde garantidamente. Está convicto que até meados do mandato atual o Centro de Saúde de Belas estará concluído.-----

O vogal Filipe Borregana (CDU) reiterou que a Assembleia de Freguesia é um órgão independente e autónomo da Junta de Freguesia. No que concerne à convocatória e ao fornecimento dos documentos aos eleitos é da Presidente da Mesa. A bancada da CDU não aceita que alegando medidas economicistas não seja distribuído aos eleitos que solicitam a documentação em papel.-----

O vogal Carlos Rocha (CDU) referiu que relativamente à tentativa de implementação, que medidas visam à aplicação de semana de trabalho correspondente a 6 dias, mais 2 de descanso como implementado nas grandes superfícies e sem pagamento de horas extraordinárias ao fim de semana e feriados. Não consideram que tal medida seja favorável aos trabalhadores nem à prestação do serviço público que se quer de qualidade. Neste caso, ainda mais indigna quando praticada pela Junta de Freguesia que é um elemento do estado e esperam que tal medida não venha a ser aplicada.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Executivo.-----

O Tesoureiro Hugo Frederico questionou o vogal Carlos Rocha se estaria a referir-se aos cemitérios e não à generalidade dos funcionários da Junta de Freguesia de Queluz e Belas e confirmou que, de facto, houve indicação dessa ordem dada por ele próprio, enquanto responsável pelos cemitérios. Informou que atualmente temos um “roulement” no cemitério em que os coveiros que trabalham ao fim de semana folgam 2 dias na semana. Atendendo a que recrutar coveiros não é uma tarefa simples e tendo os poucos que temos de apenas 6 coveiros. Referiu ainda que, para que haja um equilíbrio e para que as pessoas tenham todos os mesmos direitos, conseguiram que pelo menos uma vez por mês os coveiros tenham um fim-de-semana livre.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra à vogal Helena Freitas.-----

A vogal Helena Freitas (CDU) levantou o problema referente ao lixo na freguesia de Queluz e Belas, questionando a Junta se haveria alguma informação que possam dar em especial às pessoas mais afetadas por este problema. É verificado, diariamente, que o lixo não é recolhido, o que se torna um problema de saúde pública, em especial o lixo que se encontra fora dos contentores.-----

O Tesoureiro Hugo Frederico referiu que a questão do lixo é altamente preocupante e que temos de facto assistido a um degradar desses serviços. Referiu que a Câmara Municipal de Sintra rescindiu o contrato com a empresa privada que durante muitos anos teve essa responsabilidade e que ainda não foi possível, infelizmente, conseguir repor os níveis de serviço necessários e que são exigíveis para que estas questões fiquem reguladas de forma permanente. Os SMAS estão a fazer um esforço enorme quer no recrutamento de pessoal quer na compra de equipamentos e de reposição dos contentores. Por último, informou que há indicação que na semana de 15 a 20 de janeiro os SMAS terão os serviços regularizados.-----

O vogal Jorge José (BE) mencionou a iluminação insuficiente nalgumas ruas de Queluz assim como a poda de árvores na rua Costa Reis. O BE está de acordo que a recolha de lixo volte para a esfera da CMS.-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

O Tesoureiro informou que a CMS tem um protocolo com a EDP para que a reposição da iluminação pública, que é de 10 dias. Prazo que não está a ser cumprido por parte da EDP. No entanto, o Executivo da Junta tem vindo a fazer insistências para que os problemas sejam resolvidos.-----

O vogal António Brás (PSD) referiu não entender a razão da substituição da SUMA na recolha do lixo por outra empresa visto terem prestado um bom serviço. Chamou à atenção que não é apenas a questão do lixo mas também a varrição das ruas, referindo que o Executivo deveria andar mais no terreno.-----

O Tesoureiro Hugo Frederico disse que o contrato foi denunciado pela CMS porque a SUMA não conseguia cumprir o contrato de recolhas de lixo e o serviço não satisfazia as populações.-----

O vogal António Brás (PSD) disse estar como vogal na Assembleia de Freguesia apenas para defender os interesses da população da freguesia.-----

O vogal Filipe Borregana (CDU) disse ainda ter memória do estado da HPEM quando fechou. Deu os parabéns à CMS pela internalização dos serviços de recolha de lixo e limpeza urbana.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu início ao período da Ordem do Dia com a leitura da Convocatória e pôs a mesma à votação.-----

Votação: a favor 18 (PS – 9, PSD – 2, CDU – 3, BE – 2, CDS – 1 e Ana Brinco, como independente – 1).-----

A Convocatória foi aprovada por unanimidade.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu início ao Ponto 1 da Ordem de Trabalhos “Apreciar e votar as Opções do Plano, a Proposta de Orçamento, PPI e PPA da União das Freguesias de Queluz e Belas para 2018” e deu a palavra ao Executivo.-----

O Executivo apresentou o ponto 1 da O.T., referindo que o orçamento tem de facto um aumento da receita e também da melhoria da eficiência dos nossos serviços, sendo um orçamento equilibrado. Referiu ainda que a Junta de Freguesia está disponível para responder a todas as questões que sejam colocadas mas que, do seu ponto de vista, é um orçamento que reflete aquilo que foi a opção política maioritária do partido socialista e é esse programa que vão executar por via do orçamento. No seu entender este é um orçamento de rigor e que lhes vai permitir dar resposta aquilo que as populações mais necessitam.-----

O vogal Carlos Diogo (PSD) referiu que relativamente ao que foi dito anteriormente pelo Tesoureiro Hugo Frederico, gostaria de ouvir quais foram os pressupostos que fizeram com que o orçamento tivesse aqui variações. Referiu ainda que não pode deixar esquecer que foi dito no mandato anterior do mesmo executivo que as instituições sem fins lucrativos e reconhecer às mesmas que são estas que fazem o trabalho de ação educativo, desportivo, socorro, saúde e cultural. Neste sentido, referiu ser muito importante saber se a estas mesmas instituições vão ser alocados mais recursos financeiros para a prossecução dos seus fins. Por último, lembrou a questão, não menos importante, do último relatório oficial de contas onde lhes dava conta de que não existia um livro de atas formal. Quanto ao mapa de pessoal, existem algumas funções em falta e que poderão ser ocupadas. Referiu a mudança do sistema informático e o quanto custou no mandato anterior. Quanto às vagas para coveiros, parece-lhe ainda haver vagas por preencher. Apesar de perceber que para este tipo de função a contratação é difícil. Quanto à iluminação de Natal, somente se nota que existe junto ao Palácio.-----

A vogal Helena Freitas (CDU) colocou 2 questões: a primeira é referente à página 21 onde existe uma tabela das receitas e das despesas. Nesta tabela o que se pode verificar é um aumento das receitas das taxas multas

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

e outras penalidades e este é um aumento que vem de 39 800€ em 2017 para 195 610€ em 2018, verificando-se um aumento de 5% ou 4,9%. Referiu que ao ler-se a informação escrita na página 7, verifica-se que há de facto referência às alterações destas tabelas de taxa e ao consultar-se a página 23, verifica-se que este aumento é principalmente na área dos cemitérios, na área de prestação de serviços que passa de 50 mil euros para 120 mil euros na concessão de jazigos, ossários e gavetões, de 53 mil euros para 130 mil euros e inumações e transladações de 28 mil euros para 55 mil euros. Na sua opinião consideram este valor um pouco exorbitante. Referiu que gostariam de saber o motivo para este aumento de taxas já que por princípio não o aceitariam e qual a posição do BE nesta matéria. Relativamente à página 43 têm uma rúbrica referente à contratação de serviços de consultoria autárquica e avaliação de desempenho de 2018, no valor de 19 mil euros. Informou terem consultado o site “base.gov.pt” e assumiram que terá sido uma adjudicação feita em novembro deste ano. Pretendem saber qual o objetivo desta rúbrica, nomeadamente, serviços de consultoria autárquica e avaliação de desempenho e se será coerente contratar a mesma empresa que não realizou o seu trabalho, tendo sido adjudicado por 4 200€ em 2016 e que até agora não tem o trabalho realizado.-----

O vogal Filipe Borregana (CDU) referiu ter lido o documento e que houve algumas situações que lhe suscitaram algumas dúvidas, nomeadamente na página 7, no parágrafo 2, que dá como exemplo o sucesso desta Junta à realização da Feira Setecentista e Feira do Livro, questionando se estas atividades não são realizadas pela CMS. Relativamente à página 8, no parágrafo 3, lembrou que o Partido Socialista não teve uma maioria absoluta e que o executivo é composto pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda. Relativamente à página 8, parágrafo 4, o Orçamento Participativo em que rúbrica de despesa é que esta iniciativa está apresentada, qual o valor cabimentado e como vai funcionar. Quanto à página 11, parágrafo 4, acham bem que tal aconteça porque têm espaços devolutos, mas precisam de saber mais sobre esta iniciativa. Relativamente à página 15, parágrafo 6, referiu que esta bancada concorda com o reforço da segurança pública. Quanto à videovigilância têm as suas reservas sobre quem vai gerir a mesma. Referente à página 16 questionou se os referidos 30 anos incluem os últimos 4 ou é 30 anos menos os últimos 4, de forma a tentar perceber o conteúdo do parágrafo. Na página 26, mapa das despesas, existe uma redução do valor das despesas com pessoal. Como se vai contemplar as despesas com o novo pessoal a admitir, conforme o mapa de pessoal.-----

A vogal Vera Pinto (CDS) gostaria de saber o que se está a fazer quanto à formação das pessoas que trabalham na área financeira devido à entrada do SNC-AP em 2018. Como será efetuada a transição?-----

O vogal Jorge José (BE) referiu as palavras da CDU relativamente ao Orçamento. Leu e estudou atentamente o documento, remetendo a sua apreciação para o que está escrito na declaração de voto. O que interessa são os compromissos assumidos. Este tema foi amplamente discutido.-----

O vogal Paulo Borges (PS) afirmou que este orçamento e grandes opções do plano refletem os compromissos assumidos pelo partido socialista para com os cidadãos eleitores da nossa união de freguesias, os quais foram validados no passado dia 1 de outubro, conferindo a legitimidade da sua exequibilidade. No investimento nas infraestruturas e requalificação do espaço público, na ação social, no desporto, cultura, juventude e séniores, com particular relevo a dinamização de ações conjuntas entre a união de freguesias e o associativismo. Posto isto e considerando que este orçamento e grandes opções do plano, enquanto instrumentos do exercício da autonomia estão fundamentados pela responsabilidade, rigor, legalidade e

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

transparência, a bancada do PS reconhece que assentam no reconhecimento realista acerca das diversas dimensões da nossa união de freguesias e indo ao encontro das necessidades dos nossos fregueses, para com os quais, todos nós, representantes desta assembleia temos responsabilidades. Por tudo isto, a apreciação e votação é favorável.-----

O vogal Jorge José (BE) referiu o seguinte: “O Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente o orçamento e as grandes opções do plano para 2018. A proposta apresentada respeita o acordo estabelecido entre o PS e o BE e inicia um caminho que a concretizar-se trará por certo mais qualidade de vida à União das Freguesias. Queremos, no entanto, reforçar que a Junta e a Assembleia de Freguesia devem valorizar fortemente a transparência, indispensável para ganhar a confiança dos fregueses e freguesas. Para isso, do nosso ponto de vista, entre outras medidas e práticas diárias dever-se-á privilegiar a mais ampla informação das decisões e das atividades da Junta e da Assembleia de Freguesia. No sítio da internet devem ser publicadas todas as atas, propostas, decisões e, com a devida antecedência, as convocatórias e ordens de trabalhos das reuniões. A existência de placards informativos claramente visíveis junto à estação da CP e nos locais de grande passagem da população é deveras importante. Sabemos que o SMAS está numa fase de transição para tomar conta da recolha dos lixos nos ecopontos e por isso aguardamos. Mas, a União de Freguesias está demasiado suja. As ruas, os parques, os bairros precisam urgentemente de mais e melhor limpeza, de mais cantoneiros a agirem diariamente. Saudamos a continuação e reforço do trabalho de acção social e das redes com as instituições que trabalham nesta área. Precisamos de aprofundar o apoio na infância, faltam creches públicas, e na terceira idade, em particular junto dos idosos e idosas em situação de isolamento. A delinquência, combate-se, mais com medidas e projectos de inserção social e profissional do que, com polícia e vídeo-vigilância. O trabalho nos bairros com os jovens é fundamental. Precisamos de medidas urgentes para reabilitar os polidesportivos da União de Freguesias exigindo da Câmara os apoios necessários. Saudamos a integração no plano e orçamento do Orçamento Participativo. É um grande desafio se queremos de facto fazer dele um processo de efectiva participação cívica dos fregueses e freguesas. Estamos a iniciar um novo mandato com propostas de continuidade e com novos desafios para melhorar a vida da União de Freguesias. O Bloco quer fazer parte desse esforço respeitando o programa pelo qual fomos eleitos e os acordos estabelecidos.”-----

O Tesoureiro Hugo Frederico começou por informar que o actual fornecedor do sistema de informação “GLOBAL SOFT” não tem dado as garantias mínimas para que se continue com esse serviço, estando neste momento a migrar todo o sistema para outro fornecedor, denominado AIRC, o qual resulta de uma parceria pública dos municípios da zona de Coimbra. O novo sistema de contabilidade pública está a ser migrado e as pessoas estão a ter a sua formação e no dia 1 de janeiro a Junta cumprirá as suas obrigações legais para com o novo sistema. Referiu ter alguma dificuldade em pronunciar-se, embora estando solidário com o PS, sobre as decisões tomadas antes de fazer parte do actual executivo, portanto todas as decisões tomadas anteriormente são boas e válidas. Deu conhecimento que no próprio dia da reunião, a Junta de Freguesia foi notificada do arquivamento de uma providência cautelar intentada no anterior mandato contra a Junta de Freguesia. Relativamente ao SIADAP – Consultoria Autárquica, referiu que o mesmo é um sistema complexo para se colocar em marcha e que não é um processo automático no qual as pessoas são avaliadas no imediato. A empresa que foi contratada prepara todos os procedimentos concursais, todos os cadernos de

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

encargos, dá consultoria no âmbito da tesouraria e dos procedimentos administrativos e portanto, o SIADAP é mais uma valência que a empresa presta. No que respeita à tabela de taxas, referiu que a mesma cumpre um requisito que é essencial e legal e que a Junta de Freguesia está a cobrar taxas abaixo do valor que custa. Não é possível estarmos a cobrar um atestado que para um cidadão tem um custo de 2€ e que a Junta tem um custo de 3,5€. Os serviços do cemitério não poder ser cobrados abaixo do seu custo real. Isso seria “dumping” uma prática ilegal. Por último, pediu à Presidente da Mesa para dar a palavra ao vogal do executivo Paulo Mourão.

O vogal do executivo Paulo Mourão referiu que continua fiel ao BE, sendo evidente que os pontos levantados pela CDU são justos e têm razão de ser mas, relativamente ao orçamento participativo que faz parte do acordo que o BE fez com o PS para este executivo e que é público, o que se pretende não é começar o orçamento participativo em 2018, mas para que esteja a funcionar plenamente em 2019. Referiu que na sua opinião e que irá ser decidido colectivamente é que haja um orçamento participativo dedicado aos jovens, essencialmente com base nas escolas para que os jovens também possam iniciar-se num projecto desses e outro para os adultos.

O vogal Carlos Diogo (PSD) questionou se todos os trabalhadores foram avaliados nos 2 últimos anos. O porquê da mudança do parceiro ROC que emitiu um parecer extremamente importante.

O vogal Filipe Borregana (CDU) quanto ao aumento das taxas para suprir os serviços prestados pela Junta de Freguesia, nomeadamente a despesa/investimento no cemitério é cerca de 241.000€. Com o aumento previsto a receita será de 413.000€, praticamente o dobro. Segundo o orçamento que é um documento provisional.

O Tesoureiro Hugo Frederico remeteu a resposta para a Assembleia para a aprovação da nova tabela de taxas. A Junta tem de ter o equilíbrio orçamental dentro do ordenamento jurídico nacional. Quanto ao ROC, a Junta não tendo especialistas na matéria terá necessariamente de contratar um especialista. A opção de contratar outra empresa para a revisão de contas assentou na proposta economicamente mais viável dentro dos parâmetros de qualidade exigida.

A Presidente da Mesa pôs à votação o ponto 1 da Ordem de Trabalhos.

Votação: A favor 13 (PS – 9, BE – 2, CDS – 1, Ana Brinco como independente – 1); Contra 3 (CDU – 3); Abstenções 2 (PSD – 2).

O ponto 1 da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria.

A Presidente da Mesa passou à discussão do ponto 2 da Ordem de Trabalhos “Apreciar e votar o mapa de pessoal da União das Freguesias de Queluz e Belas para 2018”.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Tesoureiro do Executivo que referiu que o mapa é perfeitamente claro e que não tem muito a acrescentar sobre esta matéria.

O vogal Carlos Diogo (PSD) referiu que este mapa já tinha sido referido nesta assembleia, tendo sido falado sobre os coveiros, o cemitério e a necessidade de contratar quem contrata os coveiros. O sentido da sua bancada é de aprovar o Mapa de Pessoal.

A vogal Helena Freitas (CDU) referiu que quanto a este ponto verificaram que em relação a 2017 passam a existir mais 2 postos de trabalho, o que é de facto de congratular. Contudo, pretendem saber se para além

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

dos funcionários que se encontram no quadro de pessoal, se existem outras situações de trabalho na Junta de Freguesia, nomeadamente estágios.-----

O Tesoureiro referiu que relativamente ao exposto pelo vogal Carlos Diogo, o problema não é abrir o procedimento mas sim não haver concorrentes para o cargo de cozeiro. Relativamente à exposição da vogal Helena Freitas referiu que a Junta tem neste momento 2 estágios do IEFP, sendo protocolos em colaboração com o Instituto da Segurança Social durante 1 ano. Verificaram que o quadro de pessoal da Junta, por diversas vicissitudes, não está preenchido da forma pretendida e têm 1 contrato de trabalho em part-time. Com o decorrer do tempo entendeu-se que esse contrato deve passar a tempo inteiro.-----

O vogal António Brás (PSD) disse não discordar do mapa de pessoal, no entanto com a verba orçamentada e com as vagas existentes daria uma média de 400€ por funcionário, menos que o ordenado mínimo nacional. Será que o quadro estará correto?-----

O Tesoureiro respondeu que a Junta paga pelo índice da função pública e não o que quer.-----

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa pôs à votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos.-----

Votação: A favor: 18 (PS – 9, PSD – 2, CDU – 3, BE – 2, CDS – 1, Ana Brinco como independente – 1).-----

O ponto 2 da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.-----

A Presidente da Mesa deu início ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos “Apreciar a informação escrita acerca da actividade da Junta de Freguesia e da situação financeira da Freguesia (Relatório de Atividades e Financeiro IV Trimestre 2017)”.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao vogal Filipe Borregana.-----

O vogal Filipe Borregana referiu ter curiosidade relativamente à página 3 do documento, onde se refere “Atentos ao período seca que o país atravessa e por forma a realizar o uso racionalizado de recursos hídricos, decidimos em consonância com as acções da Câmara Municipal de Sintra, desligar os nossos sistemas de rega, bem como as fontes ornamentais que não dispõem de sistema de água renovável.” Referiu que, possivelmente, isto já estava previsto há 4 anos atrás quando desligaram a fonte do jardim 25 de abril. Referiu ter dúvidas relativamente à conservação de espaços de jogos e recreios. Houve uma verba gasta no valor de 79 150€ mas, pelo que tem verificado nas duas freguesias, os espaços de recreio estão completamente deteriorados. Neste sentido, pretende saber onde se gastou a referida verba.-----

O Tesoureiro referiu que não consegue dar agora uma resposta mas que irá verificar a mesma junto dos serviços, de forma a dar uma resposta em tempo útil.-----

Foi tomado conhecimento do ponto 3 da Ordem de Trabalhos.-----

A Presidente passou à apreciação e votação do ponto 4 da Ordem de Trabalhos “Apreciar e votar a indicação da representante da União das Freguesias de Queluz e Belas na CPCJ” e deu a palavra ao vogal do executivo Hugo Frederico.-----

O Tesoureiro informou que esta proposta prende-se com a necessidade de nomearmos os nossos representantes na comissão alargada da CPCJ Sintra Oriental e que a proposta da Junta de Freguesia é no sentido que seja a Dr.ª Ana Pacheco, sendo a mesma substituída nas suas faltas e impedimentos por uma das técnicas superiores da Ação Social.-----

A Presidente da Mesa pôs à votação o ponto 4 da Ordem de Trabalhos.-----

Votação: A favor: 18 (PS – 9, PSD – 2, CDU – 3, BE – 2, CDS – 1, Ana Brinco como independente – 1).-----

Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----
A Presidente da Mesa passou à apreciação e votação do ponto 5 da Ordem de Trabalhos: “Apreciar e votar a ata da reunião anterior”.-----
A Presidente da Mesa pôs à votação a dispensa da leitura da ata.-----
A votação: A favor: 18 (PS – 9, PSD – 2, CDU – 3, BE – 2, CDS – 1, Ana Brinco como independente – 1).-----
A dispensa da leitura da ata foi aprovada por unanimidade.-----
A Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata da reunião anterior.-----
A votação da ata da reunião anterior foi a seguinte: A favor: 14 (PS – 9, CDU – 2, BE – 1, CDS – 1, Ana Brinco como independente – 1).-----
A ata foi aprovada por unanimidade.-----
A Presidente passou para a discussão do ponto 6 da Ordem de Trabalhos “Tratamento de assuntos de interesse da freguesia, relevantes e urgentes, desde que, pela sua oportunidade não possam transitar para a próxima reunião”.-----
A Presidente da Mesa deu a palavra ao vogal Carlos Diogo.-----
O vogal Carlos Diogo (PSD) desejou a todos um santo e feliz natal e um bom 2018.-----
O vogal Filipe Borregana (CDU) desejou a todos um bom natal.-----
A vogal Vera Pinto (CDS) desejou a todos um bom natal e um bom 2018.-----
O Tesoureiro da Junta, Hugo Frederico, desejou a todos os presentes boas festas.-----
O vogal Pedro Caldeira (PS) referiu que esta assembleia correu muito bem e que se verificou alguma diferença em relação às posturas anteriores e renovou os votos de bom natal para todos.-----
O vogal Jorge José (BE) desejou um bom natal e ano novo a todos.-----
Foi tomado conhecimento do ponto 6 da Ordem de Trabalhos.-----
O 1º secretário passou à leitura da ata em minuta.-----
A Presidente da Mesa pôs à votação a ata em minuta.-----
Votação: A favor 18 (PS – 9, PSD – 2, CDU – 3, BE – 2, CDS – 1 e Ana Brinco como independente – 1).-----
A ata em minuta foi aprovada por unanimidade.-----
Antes de dar a sessão por encerrada, a Presidente da Mesa da Assembleia desejou a todos os presentes votos de feliz natal e um ótimo ano 2018.-----
Assim, e não havendo mais assuntos a tratar deu-se por encerrada a reunião, cuja ata foi redigida por mim, João Paulo Vitorino da Silva, e que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia que a presidiu e pelos secretários.-----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE QUELUZ E BELAS

Ana Cristina Rosado Brinco
(Ana Cristina Rosado Brinco)

João Paulo Vitorino da Silva
1º SECRETÁRIO
(João Paulo Vitorino da Silva)

Tatiana Sofia Ferreira Penedo
2º SECRETÁRIO
(Tatiana Sofia Ferreira Penedo)



Declaração de Voto

Ponto 1 da Ordem de Trabalhos – Apreciar e votar as Opções do Plano, a Proposta de Orçamento, PPI e PPA para 2018

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são dois instrumentos muito importantes para o desenvolvimento de qualquer freguesia, pois definem as prioridades e os objetivos estratégicos que vão condicionar a vida da autarquia.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2018 assim como o Plano Plurianual de Atividades e Plano Plurianual de Investimentos, aqui apresentados, são, portanto, fundamentais, estruturantes e orientadores da atividade da autarquia e constituem, sem dúvida, a expressão das prioridades e dos objetivos estratégicos de quem a governa.

Os eleitos da CDU consideram que o Orçamento está elaborado de forma vaga e não se enquadra nas necessidades efetivas da União das Freguesias de Quéluz e Belas.

Os eleitos da CDU consideram que o Plano Plurianual de Investimentos e o total das Despesas de Capital demonstram que a Junta de Freguesia não tem intenção de efetuar investimentos que tornem a área da Freguesia um espaço mais agradável e com melhores condições para se habitar/trabalhar/estudar/passear.

Os eleitos da CDU consideram que o aumento de receitas baseado num enorme aumento na tabela de taxas, licenças, preços e serviços, é incompatível, desproporcionado, exagerado, e agrava ainda mais as dificuldades financeiras das famílias.

A CDU votará contra porque não está de acordo com a política subjacente a este Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

Os eleitos da CDU na Assembleia da União de Freguesias de Quéluz e Belas.

Quéluz, 21 de Dezembro de 2017



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE QUELUZ E BELAS

MOÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE HERBICIDA COM GLIFOSATO

1 - O glifosato é uma substância classificada pela Organização Mundial de Saúde como potencialmente cancerígena em seres humanos.

2 - A lei que limita a utilização de herbicidas no espaço público, contendo o glifosato existe desde 2017, Decreto-Lei n.º 35/2017, mas a sua aplicação está longe de ser cumprida no concelho, apesar da Câmara Municipal de Sintra ter aderido ao manifesto “Autarquia sem Glifosato” em 9 de Junho de 2015.

3 - Ainda esta semana foi identificada aplicação de glifosato em várias ruas da freguesia de Queluz, em desrespeito do compromisso assumido de redução progressiva da utilização deste pesticida, podendo constatar-se que a sua utilização continua, com informação pública sobre as intervenções com herbicidas, legalmente obrigatória, bastante deficitária – informação inexistente, omissão de nomes, utilização em espaços proibidos por lei e não indicação de prazo de segurança, por exemplo.

4 - Existem soluções alternativas à utilização desses produtos, aplicação de sal gema, monda mecânica e térmica, mudança de configuração de alguns espaços públicos e até deixar ervas em alguns locais onde a sua erradicação não seja necessária.

Face ao exposto a Assembleia da União das Freguesias de Queluz e Belas, reunida a 21 de Dezembro de 2017, por proposta do Bloco de Esquerda delibera:

1 - Manifestar a sua preocupação com os riscos para a saúde da população de Queluz e Belas, pelo uso de herbicidas contendo glifosato.

2 - Recomendar à Câmara Municipal de Sintra, a substituição de herbicida com glifosato, utilizado actualmente, por outras soluções que não possam pôr em risco a saúde pública.

3 - Enviar esta moção à Assembleia e Executivo Municipal de Sintra.

Belas, 21 de Dezembro de 2017

Os eleitos do Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE QUELUZ E BELAS

Moção

Por uma resposta urgente à degradação dos serviços da Linha de Sintra

Quem utiliza diariamente os serviços da linha de Sintra têm-se confrontado com o agravar de um conjunto de situações que são causadoras de desconforto, prejuízos e diminuição da sua qualidade de vida, nomeadamente:

- Atraso e supressão de comboios, sendo pouca a informação sobre as razões dos mesmos;
- Utilização de comboios de pequena dimensão, o que resulta em dificuldades na entrada e saídas das composições, sobrelotação e mais atrasos;
- Oferta de comboios desadequada da procura, sobretudo durante o dia (fora das horas de ponta), no período nocturno ou ao fim de semana;
- Falta de higiene de estações e de material circulante.

Viajar nas condições atuais é um suplício que faz com que as pessoas cheguem todos os dias aos seus locais de trabalho já num estado de cansaço e stress extremos, colocando ainda em causa a sua segurança e integridade.

Por outro lado, a prestação de um mau serviço por parte da CP, além de afetar significativamente a qualidade de vida de utentes, desincentiva o uso de transportes públicos, fomenta o uso do transporte particular e contribui assim para o agravamento de diversos problemas ambientais e de urbanidade.

Perdem as pessoas, perde o ambiente e perde o concelho de Sintra.

A superação destas dificuldades só se pode dar através de um reforço do investimento público nos transportes públicos, que além de ter que

responder aos problemas imediatos terá ainda que ser suficiente para renovar e modernizar os equipamentos.

Face à gravidade e emergência da situação, este investimento torna-se numa questão de garantia da dignidade de quem utiliza este transporte publico.

Assim, a Assembleia da União das Freguesias de Queluz e Belas, reunida a 21 de dezembro de 2017, por proposta do Bloco de Esquerda delibera:

1. Manifestar a sua preocupação com a degradação dos serviços da Linha de Sintra, situação que se vem agravando ao longo dos últimos meses, prejudicando o bem estar de utentes e a mobilidade nas freguesias de Queluz e Belas.
2. Exigir do Governo uma intervenção urgente no sentido garantir:
 - a. A resolução dos problemas que estão na origem de constantes atrasos e supressão de comboios
 - b. Utilização de comboios com duas composições em todos os horários
 - c. Maior oferta de comboios fora das horas de ponta, período nocturno e ao fim de semana
 - d. Reforço da limpeza de espaços e equipamentos.
3. Recomendar à Camara Municipal de Sintra todo o empenho junto da CP e da empresa Infraestruturas de Portugal (IP) para que estes problemas sejam rapidamente ultrapassados
4. Enviar esta moção ao Governo, aos partidos com representação parlamentar, às Assembleias e Executivos Municipais de Sintra, Amadora e Lisboa e às administrações da CP e da IP.

Belas, 21 de Dezembro de 2017

Os eleitos do Bloco de Esquerda



MOÇÃO

“25 DE NOVEMBRO DE 1975”

No dia 25 de Novembro de 1975 pôs-se fim à escalada revolucionária totalitária a que se vinha assistindo e que se intensificara ao longo do Verão Quente de 1975, período batizado de PREC (Processo Revolucionário em Curso), em que o governo provisório, liderado por Vasco Gonçalves, estava instrumentalizado pelo Partido Comunista Português e por outros pequenos partidos de extrema-esquerda que procuraram impor ao País um regime autoritário semelhante ao dos países comunistas de Leste.

Foi um período muito conturbado, a que se assistiu a nacionalizações, ocupações de terras, de casas e de empresas, a saneamentos de dirigentes e quadros técnicos de empresas, ao cerco da Assembleia da Republica impedindo a saída dos deputados, ao cerco intimidatório do congresso do CDS no Palácio de Cristal no Porto, aos assaltos a sedes de diversos partidos políticos, à extinção de alguns partidos e movimentos políticos, negando-lhes a sua existência, à vigilância e controlo de movimentos dos cidadãos através de barricadas erguidas nas estradas por milícias populares armadas e à prisão de cerca de 5.000 pessoas, sem culpa formada, só porque defendiam a democracia.

Portugal esteve à beira de uma guerra civil.

Só a ação conjunta da sociedade civil, das forças democráticas do PS, PPD e CDS e dos militares moderados do Movimento das Forças Armadas, permitiu evitar a guerra civil e restabelecer a Democracia.

Devemos enaltecer as ações e o empenho de Ramalho Eanes que comandou as operações militares, de Jaime Neves, Vasco Lourenço e Melo Antunes que em conjunto com centenas de militares e civis anónimos tiveram um papel fundamental na vitória das forças democráticas.



Assim:

Considerando que ao recordarmos o “25 de Novembro de 1975” estamos a respeitar a sua importância na história de Portugal e a recordar todos aqueles civis e militares, dos quais destacamos as tropas “Comandos”, que colocaram os interesses do país em primeiro lugar.

Considerando que para o PS, PSD, CDS-PP e Militares moderados, o 25 de Novembro permitiu o regresso à pureza originária do Programa do MFA e à essência do próprio 25 de Abril;

Considerando que o 25 de Novembro deu origem a uma crescente estabilidade social e a um reforço do pluripartidarismo e da Assembleia Constituinte;

Considerando que o dia 25 de Novembro foi o dia da implantação de um regime verdadeiramente democrático em Portugal e que é a esta data que se deve a democracia parlamentar;

A Assembleia de Freguesia de Queluz:

- Congratula-se com o Quadragésimo segundo aniversário do “25 de Novembro”;
- Manifesta o seu apoio à celebração de um dia tão importante para a consagração da democracia portuguesa;
- Saúda todos os militares e cidadãos que, na época, se esforçaram para que Portugal se tornasse numa Democracia Parlamentar.

Caso seja aprovada, esta moção deverá ser enviada a todas as Juntas de Freguesias e Assembleias de Freguesias do Concelho de Sintra, à Assembleia Municipal de Sintra, a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Estado Maior General das Forças Armadas, à Associação de Comandos e à Associação 25 de Abril.

Queluz, Novembro 2017